

FONTE : FSP

CLASS. : φ 8

DATA : 13 φ 1 9φ

PG. : C-4

Cientistas concluem relatório sobre áreas de preservação na Amazônia

Da enviada especial a Manaus

Os governos dos oito países que integram o pacto amazônico não vão ter justificativas para adiar, a partir de 19 de janeiro, medidas efetivas para o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia tropical. Nesse dia, 80 cientistas concluem em Manaus mapas e relatórios de áreas prioritárias para a preservação da flora e fauna da região, onde estarão incluídos espaços de impacto ambiental provocado pela implantação de projetos industriais e agropecuários desordenados e os ameaçados de agressão.

O secretário de Assuntos Ex-

ternos de Smithsonian Institute (o maior centro de museus do mundo, com sede em Nova York, EUA), biólogo Thomas Lovejoy, disse que conhece pelo menos quatro instituições norte-americanas interessadas em viabilizar com recursos financeiros o zoneamento. Lovejoy disse que entre elas estão o New York Botanic Garden, Alton Jones Foundation, Conservation International e World Wildlife Foundation.

A previsão dos pesquisadores, divididos em nove grupos de acordo com suas especializações em biologia e zoologia, é de que cerca de 35 áreas sejam indicadas

como de prioridade nº 1 e outras 20 como de prioridade nº 2. As reservas biológicas Gurupi, no Maranhão, e Jaú, no Amazonas, já figuram como certas na primeira lista. Elas refletem, em parte, o que acontece hoje na Amazônia brasileira —onde apenas 20% dos 25 milhões de hectares de unidade de conservação oficial estão legalizados, ou seja, o governo não tem títulos de 80% das terras. No caso do parque Jaú, 47 famílias se recusam a sair da área de 2,2 milhões de hectares. No Gurupi, de 600 mil hectares, o proprietário não aceita o valor de compra proposto pelo governo. (Telma Pinto)

Ibama pede US\$ 5 mi para zoneamento

Da enviada especial a Manaus

O presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, disse que são necessários US\$ 5 milhões para que o governo brasileiro coloque em prática o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia.

Mesquita afirmou que o presidente Fernando Collor de Mello ao assumir receberá o plano completo. Ele será concluído no início de março, com base em levantamento do Ibama em conjunto com a FAO (órgão da ONU), em fase final, e no resultado dos mapas e relatórios que estão sendo elaborados por 80 cientistas reunidos em Manaus.

Segundo Mesquita, o plano

traçará a vocação das áreas de produção mineral, agrícola e pecuária, áreas de preservação e de pesquisa científica. Ele participa do seminário "Áreas Prioritárias Para Conservação na Amazônia" desde anteontem, mas não está integrado em qualquer grupo de trabalho e aproveitou para anunciar que em março o Banco Mundial liberará um empréstimo de US\$ 150 milhões ao Ministério do Interior, dos quais 54 milhões serão para demarcação de unidades de conservação e o restante para reflorestamento costeiro.

Mesquita disse ainda que deixa um plano para a próxima administração do Ibama, já que o atual número de agentes fiscais no Brasil —somente 300— é insuficiente para atuar nas já criadas unidades de conservação. São

necessários 20 mil fiscais. Ele está pedindo aos comandantes das regiões militares que escolham os melhores jovens que estão terminando o serviço militar obrigatório para contratá-los, por seis meses, para esse serviço. O treinamento será nos próprios quartéis.

Os maiores empecilhos para a real preservação da Amazônia, segundo Mesquita, são a falta de recursos financeiros e a confusa questão fundiária. Ele disse que muitas áreas têm problemas de superposição de títulos, com terras que teoricamente pertencem a vários proprietários. Citou inclusive o caso hilariante da Serra da Bocaina (RJ), de sete mil hectares, onde um proprietário tem título de terras até dentro da baía de Angra dos Reis.